



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

## Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2021



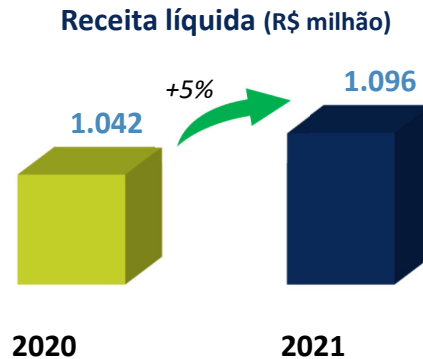
**ALIANÇA**  
A nova geração de energia

## SUMÁRIO

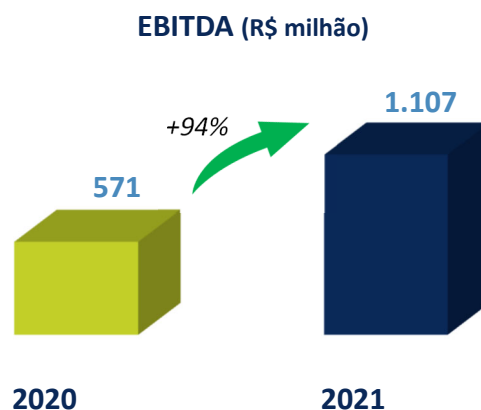
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>15</b>
1  Contexto operacional	16
2  Base de preparação e apresentação	16
3  Caixa e equivalentes de caixa	19
4  Aplicações financeiras	19
5  Contas a receber	20
6  Despesas antecipadas	20
7  Investimentos	22
8  Imobilizado	24
9  Intangível	27
10  Fornecedores	30
11  Tributos a recolher sobre o lucro	30
12  Concessões a pagar	32
13  Financiamentos e debêntures	33
14  Arrendamentos	36
15  Encargos regulatórios a recolher	37
16  Provisão para compromissos futuros	38
17  Processos judiciais	39
18  Patrimônio líquido	43
19  Receita líquida	44
20  Custos e despesas operacionais	45
21  Receitas e despesas financeiras	46
22  Transações com partes relacionadas	47
23  Instrumentos financeiros	48
25  Cobertura de seguros	54
26  Compromissos	54
27  Informações complementares ao fluxo de caixa	55
28  Efeitos do COVID-19	55
29  Eventos subsequentes	57

## Relatório da administração

No ano de 2021 registramos uma receita operacional bruta consolidada de R\$1,3 bilhão, representando crescimento de 4% comparativamente ao ano anterior, como reflexo principal da atualização financeira anual dos contratos de venda de energia. De forma equivalente, a receita líquida consolidada foi de R\$1,1 bilhão e refletiu um aumento interanual de 5%.



Do ponto de vista da geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA (LAJIDA – lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização), alcançamos a marca de R\$ 1,1 bilhão, representando um aumento de 94% em comparação ao ano anterior. Além de mensurar o desempenho operacional da Aliança, o EBITDA também foi significativamente influenciado pelo efeito contábil da repactuação do risco hidrológico de nossas usinas. A margem EBITDA alcançada foi de 101%, um crescimento de 84% em relação a esse indicador em 2020.



Na mesma linha e com significativo impacto contábil da repactuação do risco hidrológico, o lucro líquido registrado em 2021 foi de R\$506 milhões, o que representa um aumento de 99% em relação ao resultado de 2020.



Seguimos aprimorando nosso modelo de gestão, buscando cada vez mais transparência sobre nossos direcionadores de atuação. Assim revisamos o nosso Código de Conduta, aprovamos também nosso Plano Plurianual de Gestão de Riscos, num esforço contínuo pela excelência operacional.

Nossas barragens seguem seguras com monitoramento permanente e cumprimento da legislação aplicável, com articulação junto aos órgãos de proteção e defesa civil, bem como com treinamentos e envolvimento das comunidades.

Uma palavra para definir o ano de 2021 foi inovação. Lançamos o nosso programa de ideias - Inovação, que obteve uma excelente adesão junto aos nossos empregados que nos demonstraram sua capacidade crítica e de superação dos desafios encontrados nas mais diferentes áreas de atuação. O projeto vencedor abordou a temática de Saúde e Segurança e nos ajudou na identificação e correção de riscos e perigos presentes no dia a dia, de forma participativa e ativa, aumentando a segurança dos ambientes e consequentemente a segurança das pessoas.

Celebramos o reconhecimento da Associação Brasileira de Recursos Humanos, através do Prêmio Ser Humano, pelas contribuições diferenciadas e inovadoras em função das demandas geradas pelo contexto da pandemia, com o prêmio na categoria “Especial Covid-19” edição 2021. Seguimos firmes no nosso propósito de gerar energia elétrica, detalhamos e partilhamos com o mercado o nosso “Plano de Segurança de Pessoas e Continuidade Operacional durante a pandemia de COVID-19”.

A Aliança também figurou entre as 100 maiores empresas de Minas Gerais, na 23ª edição do ranking da Revista Mercado Mineiro, numa análise de pelo menos 600 empresas. Nossa receita operacional líquida contribuiu para este resultado.

Estabelecemos o Programa de Excelência e Desempenho de Fornecedores que traz não somente melhorias no fornecimento de serviços e otimização de custos, como promove uma responsabilidade em manter elevados níveis de entrega, mas também de construir e consolidar uma relação alicerçada em bases éticas, transparentes e que preservem os valores e a integridade da Aliança e de seus parceiros.

Continuamos focados na implantação dos projetos eólicos que irão consolidar a diversificação da nossa matriz energética, com energia limpa, renovável. Finalizamos o ano com pelo menos 70% das obras do Projeto Gravier concluídas além disso seguimos com a implantação do Projeto Acauã e seus programas e ações sociais.

Levantamos R\$490 milhões no mercado de capitais brasileiro para financiar os projetos eólicos em implantação, por meio da 3ª e da 4ª Emissões de Debêntures Incentivas, ambas com prazo de vencimento de 14 anos. Seguindo nosso compromisso ambiental e social, foi atribuído pela certificadora independente Sitawi a titulação de Selo Verde à 4ª Emissão de Debêntures, o que credencia a conformidade da Aliança com os critérios do Green Bond Principles (GBP). A mesma emissão também recebeu a certificação internacional do Climate Bonds Initiative (CBI) em decorrência do Gás de Efeito Estufa (GEE) a ser evitado após a entrada em operação do projeto eólico Gravier.

Por tudo isso, temos a certeza de que seguimos na consolidação da Aliança Energia no setor elétrico como uma das empresas com excelência operacional e compromisso com a geração de energia elétrica de forma sustentável.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da Aliança Geração de Energia S.A**  
**Belo Horizonte- MG**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Avaliação do valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana

Veja as notas nº 2.5.d e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 2.466.671 mil, dos quais, R\$ 69.563 mil referem-se à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (“Usina”), por meio do Consórcio Candonga. A Companhia e suas controladas efetuam a análise do valor recuperável do ativo imobilizado quando há indícios de que o seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil.</p> <p>Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG, a Usina teve suas operações interrompidas desde novembro/2015, o que representa um indicador de que os ativos possam estar desvalorizados. Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável dos ativos.</p>	<p>- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves que foi utilizado para análise e determinação do valor recuperável dos ativos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis do setor de geração de energia, com o desempenho efetivo de outras usinas do grupo e com dados históricos. Realizamos também a análise de sensibilidade, bem como o recálculo do valor em uso. Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>- Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado e as respectivas</p>

Devido a relevância dos saldos e que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	274.232	311.441	378.108	385.220
Aplicações financeiras	4	140.378	209.716	166.541	224.258
Contas a receber	5	105.166	114.281	119.406	159.711
Estoques		11.610	9.827	12.696	9.941
Despesas antecipadas	6	181	4.224	181	4.224
Tributos a recuperar		39.893	17.099	44.458	20.235
Dividendos a receber	7	7.305	4.001	-	-
Outros valores a receber		5.731	2.090	6.370	2.107
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>584.496</b>	<b>672.679</b>	<b>727.760</b>	<b>805.696</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras	4	-	-	12.401	-
Tributos a recuperar		-	-	3.496	7.373
Depósitos vinculados a litígios	17.b	7.086	1.996	7.096	2.005
Outros valores a receber de partes relacionadas	22	148.922	133.120	148.922	133.120
Despesas antecipadas	6	952	1.134	952	1.134
Outros valores a receber		21.898	16.646	21.899	16.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	7.150	-	7.556
Investimento	7	1.077.079	662.208	-	-
Imobilizado	8	1.341.320	1.410.591	2.466.671	2.146.275
Intangível	9	671.359	117.277	702.808	146.652
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.268.616</b>	<b>2.350.122</b>	<b>3.364.245</b>	<b>2.460.761</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.853.112</b>	<b>3.022.801</b>	<b>4.092.005</b>	<b>3.266.457</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	10	57.943	41.971	69.538	47.467
Salários e encargos a pagar		12.457	12.287	12.458	12.287
Tributos e contribuições sociais a recolher		6.375	5.908	7.960	7.369
Tributos a recolher sobre o lucro	11	-	87.044	1.718	89.188
Concessões a pagar	12	32.013	43.580	32.013	43.580
Financiamentos e debêntures	13	90.427	8.719	101.306	19.328
Arrendamentos	14	1.454	1.416	2.517	2.432
Encargos regulatórios a recolher	15	5.921	6.948	5.951	6.973
Provisão para compromissos futuros	16	18.217	17.386	18.661	17.711
Dividendos a pagar	18.a	505.836	254.288	505.836	254.288
Outros passivos		3.786	2.491	3.784	2.426
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>734.429</b>	<b>482.038</b>	<b>761.742</b>	<b>503.049</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Concessões a pagar	12	250.274	238.083	250.274	238.083
Financiamentos e debêntures	13	514.096	64.688	700.351	261.024
Arrendamentos	14	2.741	3.493	14.894	14.575
Encargos regulatórios a recolher	15	28.699	24.621	28.699	24.621
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	240.323	-	239.828	-
Provisão para compromissos futuros	16	67.388	6.521	81.055	21.748
Provisões para processos judiciais	17	157.257	345.452	157.257	345.452
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.260.778</b>	<b>682.858</b>	<b>1.472.358</b>	<b>905.503</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>1.995.207</b>	<b>1.164.896</b>	<b>2.234.100</b>	<b>1.408.552</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	18				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.857.905</b>	<b>1.857.905</b>	<b>1.857.905</b>	<b>1.857.905</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.853.112</b>	<b>3.022.801</b>	<b>4.092.005</b>	<b>3.266.457</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	19	<b>999.537</b>	<b>960.496</b>	<b>1.095.636</b>	<b>1.042.130</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(256.509)	(260.702)	(261.503)	(266.856)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(65.319)	(54.262)	(70.735)	(58.265)
Depreciação e amortização		(128.004)	(123.927)	(156.802)	(153.517)
Repactuação do risco hidrológico		500.842	-	500.842	-
Outros custos com geração de energia		(101.633)	(91.560)	(113.563)	(101.570)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	20.a	<b>(50.623)</b>	<b>(530.451)</b>	<b>(101.761)</b>	<b>(580.208)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>948.914</b>	<b>430.045</b>	<b>993.875</b>	<b>461.922</b>
Despesas gerais e administrativas		(37.804)	(42.055)	(43.195)	(44.247)
Outras (despesas) receitas operacionais		(932)	(1.929)	(1.120)	(2.290)
Resultado de equivalência patrimonial	7.b	25.475	14.943	-	-
<b>TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	20.b	<b>(13.261)</b>	<b>(29.041)</b>	<b>(44.315)</b>	<b>(46.537)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>935.653</b>	<b>401.004</b>	<b>949.560</b>	<b>415.385</b>
Receitas financeiras	21	33.449	20.725	41.720	28.160
Despesas financeiras	21	(216.101)	(44.818)	(233.424)	(62.522)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	11.2	<b>753.001</b>	<b>376.911</b>	<b>757.856</b>	<b>381.023</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.2	308	(122.080)	(4.636)	(126.359)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	(247.473)	(543)	(247.384)	(376)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>505.836</b>	<b>254.288</b>	<b>505.836</b>	<b>254.288</b>
<b>Lucro líquido por ação – R\$</b>	18.d	<b>0,39</b>	<b>0,20</b>	<b>0,39</b>	<b>0,20</b>
<b>Quantidade média ponderada de ações (em milhares)</b>	18.d	<b>1.291.582</b>	<b>1.291.582</b>	<b>1.291.582</b>	<b>1.291.582</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	505.836	254.288	505.836	254.288
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>505.836</b>	<b>254.288</b>	<b>505.836</b>	<b>254.288</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>1.291.488</b>	<b>566.417</b>	-	<b>1.857.905</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	254.288	254.288
Dividendos obrigatórios		-	-	(254.288)	(254.288)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.291.488</b>	<b>566.417</b>	-	<b>1.857.905</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	505.836	505.836
Dividendos obrigatórios		-	-	(505.836)	(505.836)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	18	<b>1.291.488</b>	<b>566.417</b>	-	<b>1.857.905</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do período		505.836	254.288	505.836	254.288
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	8 e 9	130.928	128.728	157.396	155.797
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	8 e 9	1.033	(3.701)	9.386	1.448
Resultado de equivalência patrimonial	7	(25.764)	(15.296)	-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		80.652	42.645	97.626	59.680
Imposto de renda e contribuição social	11.2	247.165	122.623	252.020	126.735
Repactuação do risco hidrológico	9	(500.842)	-	(500.842)	-
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		4.225	6.432	4.225	6.432
Provisões para processos judiciais	17	62.246	37.407	62.246	37.407
Baixas para processos judiciais		(274.048)	-	(274.048)	-
		<b>231.431</b>	<b>573.126</b>	<b>313.845</b>	<b>641.787</b>
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		9.115	(20.903)	40.305	(29.119)
Tributos a recuperar		(16.302)	(35.037)	(13.854)	(33.016)
Depósitos judiciais	17.b	(2.974)	8.478	(2.975)	8.478
Outros ativos		(2.871)	(10.777)	(4.466)	(10.680)
Fornecedores		15.972	(548)	22.071	2.650
Salários e encargos a pagar		170	535	171	535
Tributos e contribuições sociais		12.312	(9.980)	7.066	(11.760)
Provisão para compromissos futuros		(18.611)	(13.201)	(18.809)	(17.660)
Outros passivos		4.031	3.756	4.414	3.687
		<b>842</b>	<b>(77.677)</b>	<b>33.923</b>	<b>(86.885)</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>232.273</b>	<b>495.449</b>	<b>347.768</b>	<b>554.902</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(105.073)	(72.836)	(105.073)	(72.836)
Juros pagos	13	(2.963)	(8.525)	(17.391)	(23.971)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>124.237</b>	<b>414.088</b>	<b>225.304</b>	<b>458.095</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Adições no imobilizado e no intangível	8 e 9	(25.054)	(5.827)	(424.241)	(172.615)
Aumento/Integralização de capital em controladas	7	(387.260)	(162.216)	-	-
Dividendos recebidos	7	23.756	2.585	-	-
Aplicações financeiras		69.338	96.168	45.316	102.988
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		<b>(319.220)</b>	<b>(69.290)</b>	<b>(378.925)</b>	<b>(69.627)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	13	(3.362)	(146.653)	(13.560)	(156.110)
Pagamentos de arrendamentos	14	(1.569)	(1.585)	(2.636)	(2.621)
Pagamento de concessões	12	(59.401)	(50.724)	(59.401)	(50.724)
Pagamento de dividendos	18.a	(254.288)	(228.962)	(254.288)	(228.962)
Financiamentos obtidos	13	476.394	-	476.394	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades de financiamento</b>		<b>157.774</b>	<b>(427.924)</b>	<b>146.509</b>	<b>(438.417)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(37.209)</b>	<b>(83.126)</b>	<b>(7.112)</b>	<b>(49.949)</b>
No início do exercício		311.441	394.567	385.220	435.169
No fim do período		274.232	311.441	378.108	385.220
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(37.209)</b>	<b>(83.126)</b>	<b>(7.112)</b>	<b>(49.949)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>					
<b>Receitas</b>		<b>1.160.573</b>	<b>1.136.560</b>	<b>1.275.204</b>	<b>1.231.727</b>
Venda de energia	19	1.159.549	1.134.079	1.274.180	1.229.246
Outras receitas		1.024	2.481	1.024	2.481
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(325.789)</b>	<b>(319.227)</b>	<b>(345.225)</b>	<b>(337.709)</b>
Custos com aquisição de energia para revenda	20	(256.509)	(260.702)	(261.503)	(266.856)
Serviços de Terceiros		(64.161)	(56.046)	(78.589)	(68.324)
Materiais		(5.119)	(2.479)	(5.133)	(2.529)
<b>Outros custos operacionais:</b>		<b>385.107</b>	<b>(120.096)</b>	<b>375.856</b>	<b>(126.801)</b>
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão		(65.319)	(54.262)	(70.735)	(58.265)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	19	(17.849)	(27.528)	(17.849)	(27.528)
Encargos regulatórios		(13.830)	(13.118)	(14.156)	(13.420)
Repactuação do risco hidrológico		500.842	-	500.842	-
Outros		(18.737)	(25.188)	(22.246)	(27.588)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.219.891</b>	<b>697.237</b>	<b>1.305.835</b>	<b>767.217</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciação e amortização	8 e 9	(130.928)	(128.375)	(157.396)	(155.797)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>1.088.963</b>	<b>568.862</b>	<b>1.148.439</b>	<b>611.420</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	7	25.475	14.943	-	-
Receitas financeiras	21	33.449	20.725	41.720	28.160
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>1.147.887</b>	<b>604.530</b>	<b>1.190.159</b>	<b>639.580</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Empregados</b>		<b>47.281</b>	<b>45.364</b>	<b>47.350</b>	<b>45.364</b>
Remuneração direta		38.305	37.551	38.305	37.551
Benefícios		7.282	6.184	7.351	6.184
FGTS		1.694	1.629	1.694	1.629
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>376.770</b>	<b>258.097</b>	<b>400.645</b>	<b>275.443</b>
Federais		355.362	225.559	365.290	233.959
Estaduais		21.294	32.356	35.230	41.308
Municipais		114	182	125	176
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>218.000</b>	<b>46.781</b>	<b>236.328</b>	<b>64.485</b>
Juros		82.530	44.315	98.313	60.760
Aluguéis		1.899	1.962	2.904	1.962
Outras despesas financeiras		133.571	504	135.111	1.763
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>505.836</b>	<b>254.288</b>	<b>505.836</b>	<b>254.288</b>
Dividendos distribuídos	18.a	505.836	254.288	505.836	254.288
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>1.147.887</b>	<b>604.530</b>	<b>1.190.159</b>	<b>639.580</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW. Desse total, (i) 1.158 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW médios, e (ii) 99 MW por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46 MW médios a P90; e (iii) 180 MW em implantação por meio da expansão do Complexo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e 3 parques eólicos no Rio Grande do Norte. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 7 – Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) <sup>1</sup>	Energia assegurada (MW médios) <sup>1</sup>	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	85	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	182	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	154	Nov/42
Amador Aguiar I ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	132	Jan/42 <sup>2</sup>
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	62	Jul/32 <sup>3</sup>
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	134	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	65	Jul/38

<sup>1</sup> Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

<sup>2</sup> Processo ANEEL em andamento, os cálculos serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

<sup>3</sup> Não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, considerado o vencimento da concessão atual.

### 2 | Base de preparação e apresentação

## 2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 24 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

## 2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 | Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, Acauã I, Acauã II, Acauã III e Gravier, na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Projeto Eólico Santo Inácio e Acauã, vide Nota Explicativa nº 7.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8 e 9 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação: alteração de taxa de depreciação da ANEEL;
- **Nota 8 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 12 - Concessões a pagar** - atualização monetária: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Nota 14 - Arrendamento** - taxa de desconto: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Nota 16 e 17 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 19 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

## 2.6 | Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.7.

### a. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar às suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração obrigatória.

### b. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

A Companhia também mantém planos de contribuição definida, cujas contribuições são reconhecidas no resultado quando incorridas e não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

## 2.7 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12)
- (c) Outras Normas.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

### 3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	1.009	544	1.174	776
Recursos mantidos em aplicações financeiras	273.223	310.897	376.934	384.444
	<b>274.232</b>	<b>311.441</b>	<b>378.108</b>	<b>385.220</b>

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 85% e 110% em 2021 (85% a 108,5% em 2020), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladoras a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

Para mais detalhes sobre *impairment* de ativos financeiros, veja nota nº5 - Contas a receber.

#### Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

### 4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos mantidos em aplicações financeiras	140.378	209.716	166.541	210.052
Caixa restrito	-	-	12.401	14.206
	<b>140.378</b>	<b>209.716</b>	<b>178.942</b>	<b>224.258</b>
Ativo circulante	140.378	209.716	166.541	224.258
Ativo não circulante	-	-	12.401	-
	<b>140.378</b>	<b>209.716</b>	<b>178.942</b>	<b>224.258</b>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 102,25% e 110,00% 2021 (101,25% e 107,5% em 2020) conforme definido na contratação de cada operação.

Já as aplicações financeiras de longo prazo são compostas por FIC - DI, que remuneram a cota final de 2,93 em 2021 (2,81 em 2020) conforme definido na contratação de cada operação.

### Política contábil

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) rating no mínimo equivalente a BBB-, em escala nacional.

Para mais detalhes sobre a política de aplicações financeiras veja nota nº23 dos instrumentos financeiros e detalhes sobre *impairment* de ativos financeiros, veja nota nº5 - Contas a receber.

## 5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Industrial ou equivalente	44.497	49.236	47.973	53.684
Suprimento a outras concessionárias	57.778	58.084	60.680	59.810
Câmara de comercialização de energia elétrica	2.891	6.961	10.753	46.217
	<b>105.166</b>	<b>114.281</b>	<b>119.406</b>	<b>159.711</b>

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 23.

### Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

### Impairment

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Para mais detalhes sobre a política do contas a receber veja nota nº 23 dos instrumentos financeiros.

## 6 | Despesas antecipadas

A Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ambiente de contratação regulado (“ACR”), no escopo da lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), bem como o detalhamento dos produtos, se encontram na Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015.

Concessão	Volume no ACR (MWmed)	Produto	Montante (MWmed)	Prazo (Meses)	Ressarcimento (R\$/MWh)	Prêmio (R\$/MWh)	Correção Anual
Usina de Porto Estrela	18,0	SP99	18,0	58	31,65	8,50	IPCA
Usina de Funil	43,0	SP97	43,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Aimorés	84,0	SP97	84,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Capim Branco	27,6	SP89	27,6	(*)	13,68	0,75	IPCA

(\*) a opção pelo produto SP89 não acarretará pagamento do prêmio por parte da Companhia, uma vez que o montante repactuado referente a esta usina será suficiente para fazer frente ao prêmio por todo o período remanescente do contrato de ACR, e adicionalmente, ainda haverá extensão no prazo da concessão, a fim de que o montante previsto do ressarcimento seja integralmente realizado.

Os montantes referentes ao ressarcimento do GSF apurado para o exercício de 2015 garantem à Companhia o não recolhimento dos prêmios pelos prazos acima apresentados. Assim sendo, estes montantes foram reconhecidos como Despesas Antecipadas, até o valor suficiente para serem amortizados dentro do período das concessões. Já o valor a ser ressarcido via extensão do prazo da concessão foi reconhecido como Ativo Intangível, o qual deverá ser amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão.

Os montantes que a Companhia mantém reconhecidos como Despesa Antecipada devido à repactuação do risco hidrológico referente aos contratos firmados no ACR, para a controladora e o consolidado, são como segue:

CONCESSÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Usina de Funil	-	1.369
Usina de Aimorés	-	2.674
Usina de Capim Branco	1.133	1.315
	<b>1.133</b>	<b>5.358</b>
<b>CLASSIFICADAS COMO:</b>		
Ativo circulante	181	4.224
Ativo não circulante	952	1.134
	<b>1.133</b>	<b>5.358</b>

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	5.358	11.790
Amortização do “prêmio de risco”	(4.225)	(6.432)
Saldo no final do exercício	<b>1.133</b>	<b>5.358</b>

#### Política contábil

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização, quando então a despesa é devidamente apurada e compensada com as antecipações realizadas.

## 7 | Investimentos

### a. Movimentação dos saldos da controladora

	CONTROLADORA						31/12/2021
	31/12/2020	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do Exercício	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	
Garrote	92.738	-	-	8.310	(6.401)	(1.975)	92.672
Santo Inácio III	115.227	-	-	9.443	(5.337)	(2.243)	117.090
São Raimundo	126.630	-	-	4.784	(1.794)	(871)	128.749
Santo Inácio IV	92.612	-	-	9.331	(6.223)	(2.216)	93.504
Acauã I	33.240	43.277	-	(1.306)	-	-	75.211
Acauã II	30.170	70.198	-	(1.156)	-	-	99.212
Acauã III	21.989	54.134	-	(1.479)	-	-	74.644
Gravier	76.585	219.651	-	(2.163)	-	-	294.073
Ágio CESI	8.995	-	(289)	-	-	-	8.706
Juros capitalizados	64.022	-	(2.045)	-	-	-	61.977
Juros capitalizados em implantação	-	-	31.241	-	-	-	31.241
	<b>662.208</b>	<b>387.260</b>	<b>28.907</b>	<b>25.764</b>	<b>(19.755)</b>	<b>(7.305)</b>	<b>1.077.079</b>

	CONTROLADORA						31/12/2020
	31/12/2019	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do Exercício	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	
Garrote	89.957	-	-	4.915	(967)	(1.167)	92.738
Santo Inácio III	111.931	-	-	5.076	(574)	(1.206)	115.227
São Raimundo	124.862	-	-	2.367	(170)	(429)	126.630
Santo Inácio IV	89.635	-	-	5.050	(874)	(1.199)	92.612
Acauã I	810	33.047	-	(617)	-	-	33.240
Acauã II	499	30.229	-	(558)	-	-	30.170
Acauã III	571	22.035	-	(617)	-	-	21.989
Gravier	-	76.905	-	(320)	-	-	76.585
Ágio CESI	9.348	-	(353)	-	-	-	8.995
Juros capitalizados	66.542	-	(2.520)	-	-	-	64.022
	<b>494.155</b>	<b>162.216</b>	<b>(2.873)</b>	<b>15.296</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(4.001)</b>	<b>662.208</b>

#### Valores capitalizados CESI

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações contábeis da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2051). Em 31 de dezembro de 2021, o montante amortizado acumulado é de R\$9.604 (R\$7.559 em 31 de dezembro de 2020).

A Central Eólica Gravier e o Projeto Eólico de Acauã encontram-se em fase de construção e por esse motivo, os juros da dívida estão sendo capitalizados no montante de R\$31.241 em 31 de dezembro de 2021 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

### Ágio CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.706 em 31 de dezembro de 2021 (R\$8.995 em 31 de dezembro de 2020) referente a ágio aportado pelo acionista.

### b. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as empresas abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como seguem:

	31/12/2021					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	85.182	144.357	136.047	86.336	8.310	22.977
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	108.726	186.188	176.745	109.890	9.443	28.777
Central Eólica São Raimundo S.A.	123.386	194.023	189.239	124.836	4.784	21.463
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	85.245	145.375	136.044	86.388	9.331	23.827
Central Eólica Acauã I S.A.	77.134	78.590	79.896	76.517	(1.306)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	100.927	101.271	102.427	100.368	(1.156)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	76.740	75.963	77.442	76.123	(1.479)	-
Central Eólica Gravier S.A.	296.557	296.977	299.140	296.237	(2.163)	-

	31/12/2020					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	85.182	147.571	142.657	93.905	4.914	19.334
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	108.726	188.612	183.537	116.433	5.075	24.680
Central Eólica São Raimundo S.A.	123.386	196.620	194.253	127.059	2.367	18.939
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	85.245	147.233	142.182	93.812	5.051	19.488
Central Eólica Acauã I S.A.	33.857	33.402	34.019	33.240	(617)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	30.728	30.329	30.887	30.170	(558)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	22.606	23.004	23.621	21.989	(617)	-
Central Eólica Gravier S.A.	76.904	77.178	77.498	76.585	(320)	-

### Parque Eólico Santo Inácio (“CESI”)

O CESI teve o início de operação em dezembro de 2017 e é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

### Central Eólica Gravier (“Gravier”)

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena estimada para maio de 2022. O projeto contará com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

### Projeto Eólico Acauã (“Acauãs”)

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”). Localizada nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021 e operação comercial plena estimada para setembro de 2023 contará com 26 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

### Política contábil



Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, estes investimentos são inicialmente registrados pelo valor justo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

## 8 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
<b>Custo de aquisição</b>							
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>104.968</b>	<b>1.042.652</b>	<b>272.175</b>	<b>1.103.878</b>	<b>2.059</b>	<b>17.195</b>	<b>2.542.927</b>
Adições	2.108	-	1.942	68	-	3.656	7.774
Baixas	-	-	-	(1.542)	(52)	-	(1.594)
Transferência	-	341	137	3.163	-	(3.627)	14
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>107.076</b>	<b>1.042.993</b>	<b>274.254</b>	<b>1.105.567</b>	<b>2.007</b>	<b>17.224</b>	<b>2.549.121</b>
Adições	-	-	-	-	-	25.495	25.495
Baixas	-	-	-	(1.712)	(7)	(270)	(1.989)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.873)	-
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>109.911</b>	<b>1.043.850</b>	<b>275.038</b>	<b>1.111.152</b>	<b>2.100</b>	<b>30.576</b>	<b>2.572.627</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>(26.106)</b>	<b>(405.956)</b>	<b>(110.517)</b>	<b>(494.140)</b>	<b>(969)</b>	<b>(2.988)</b>	<b>(1.040.676)</b>
Adições	(5.336)	(40.323)	(12.379)	(40.459)	(59)	(461)	(99.017)
Baixas	-	-	-	1.127	36	-	1.163
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>(31.442)</b>	<b>(446.279)</b>	<b>(122.896)</b>	<b>(533.472)</b>	<b>(992)</b>	<b>(3.449)</b>	<b>(1.138.530)</b>
Adições	(4.850)	(38.177)	(11.685)	(38.501)	(84)	(436)	(93.733)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>(36.292)</b>	<b>(484.456)</b>	<b>(134.581)</b>	<b>(571.023)</b>	<b>(1.070)</b>	<b>(3.885)</b>	<b>(1.231.307)</b>
<b>Valor líquido</b>							
<b>Líquido em 31/12/2020</b>	<b>75.634</b>	<b>596.714</b>	<b>151.358</b>	<b>572.095</b>	<b>1.015</b>	<b>13.775</b>	<b>1.410.591</b>
<b>Líquido em 31/12/2021</b>	<b>73.619</b>	<b>559.394</b>	<b>140.457</b>	<b>540.129</b>	<b>1.030</b>	<b>26.691</b>	<b>1.341.320</b>
<b>Taxa média de depreciação</b>	<b>4,47%</b>	<b>3,66%</b>	<b>4,25%</b>	<b>3,47%</b>	<b>4,09%</b>	<b>1,82%</b>	<b>3,66%</b>

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
<b>Custo de aquisição</b>							
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>118.079</b>	<b>1.042.204</b>	<b>296.076</b>	<b>1.720.567</b>	<b>17.262</b>	<b>22.913</b>	<b>3.217.101</b>
Adições	4.759	-	1.942	68	-	150.980	157.749
Baixas	-	-	-	(1.542)	(1.069)	-	(2.611)

Transferência	-	341	137	7.757	-	(8.467)	(232)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>122.838</b>	<b>1.042.545</b>	<b>298.155</b>	<b>1.726.850</b>	<b>16.193</b>	<b>165.426</b>	<b>3.372.007</b>
Adições	1.238	-	2	-	-	450.310	451.550
Baixas	-	-	-	(5.522)	(2.397)	(2.374)	(10.293)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.922)	(49)
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>126.911</b>	<b>1.043.402</b>	<b>298.941</b>	<b>1.728.625</b>	<b>13.896</b>	<b>601.440</b>	<b>3.813.215</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>(26.459)</b>	<b>(405.956)</b>	<b>(112.249)</b>	<b>(549.679)</b>	<b>(1.183)</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(1.098.736)</b>
Adições	(5.778)	(40.323)	(13.220)	(67.483)	(625)	(730)	(128.159)
Baixas	-	-	-	1.127	36	-	1.163
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>(32.237)</b>	<b>(446.279)</b>	<b>(125.469)</b>	<b>(616.035)</b>	<b>(1.772)</b>	<b>(3.940)</b>	<b>(1.225.732)</b>
Adições	(5.291)	(38.177)	(12.438)	(64.669)	(516)	(677)	(121.768)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>(37.528)</b>	<b>(484.456)</b>	<b>(137.907)</b>	<b>(679.754)</b>	<b>(2.282)</b>	<b>(4.617)</b>	<b>(1.346.544)</b>
<b>Valor líquido</b>							
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>90.601</b>	<b>596.266</b>	<b>172.686</b>	<b>1.110.815</b>	<b>14.421</b>	<b>161.486</b>	<b>2.146.275</b>
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>89.383</b>	<b>558.946</b>	<b>161.034</b>	<b>1.048.871</b>	<b>11.614</b>	<b>596.823</b>	<b>2.466.671</b>
<b>Taxa média de depreciação</b>	<b>4,45%</b>	<b>3,87%</b>	<b>4,17%</b>	<b>3,74%</b>	<b>3,95%</b>	<b>0,19%</b>	<b>3,39%</b>

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada as peças sobressalentes incluídas em tal rubrica.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$61.503 em 31 de dezembro 2021 (R\$64.023 em 31 de dezembro 2020). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

### Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Em 5 de novembro de 2015 a Companhia tomou conhecimento do rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora, na região de Mariana.

A região afetada faz parte da bacia de contribuição ao reservatório da Usina Risoleta Neves, que é alimentada pelo Rio Doce. A referida Usina é administrada pelo Consórcio de Candonga, no qual a Aliança detém participação de 50%. Conforme cronograma de recuperação e desassoreamento do reservatório da Usina, quando as unidades geradoras se encontrarão reabilitadas e o nível operacional do reservatório recomposto, atividades estas conduzidas pela Fundação Renova, o retorno operacional da usina está planejado para o mês de julho de 2023.

Devido às consequências do incidente em Mariana, os ativos referentes à Usina de Candonga tiveram os seus valores recuperáveis avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para cálculo do valor recuperável, a Administração utilizou o método de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) expectativas para os custos e despesas de acordo com os orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração; (ii) os contratos de venda de energia firmados até o final da concessão; (iii) premissas futuras para o *generation scaling factor* (GSF) e para o preço de liquidação das diferenças (PLD); (iv) projeções de depreciação de amortização para períodos futuros; (v) efeitos de impostos de renda e contribuição social aplicáveis baseados na alíquota combinada de 34%; (vi) taxa de desconto utilizada na avaliação foi de 10,60%; e (vii) taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,6%.

O valor recuperável dos referidos ativos, mensurado em 31 de dezembro 2021, não apresentou perdas e, conseqüentemente, a Companhia não reconheceu em seu resultado qualquer montante referente à redução ao valor recuperável de ativos para esta unidade geradora de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Referente às premissas chaves, não há mudança em relação às utilizadas em períodos anteriores.

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

A Companhia ressalta que durante todo o processo desencadeado pelo rompimento da barragem de rejeitos tem atuado em conformidade com as orientações dos órgãos reguladores em todas as suas atividades executadas, e está monitorando a situação mantendo-se em contato constante com as diversas entidades responsáveis, bem como com os governos locais.

Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

### Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado (consolidado) a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu Complexo Eólico de Santo Inácio, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esse parque e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. Em 31 de dezembro de 2021 o montante registrado é de R\$11.540 (R\$14.564 em 31 de dezembro de 2020).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização veja nota nº 16 provisão para compromissos futuros.

### Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos e passivos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento, para a controladora e consolidado, são como segue:

Descrição	Participação na Energia Gerada	EM SERVIÇO		EM CURSO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
UHE Amador Aguiar	87,37%	487.211	518.629	2.422	4.090
UHE Risoleta Neves	50,00%	69.530	74.640	336	431
UHE Porto Estrela	66,67%	36.709	40.157	56	983
UHE Igarapava	52,65%	65.005	73.725	174	603
		<b>658.455</b>	<b>707.151</b>	<b>2.988</b>	<b>6.107</b>

### Política contábil

#### Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

#### Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

#### Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

#### Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

## 9 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
<b>Custo de aquisição</b>							
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>107.276</b>	<b>141.780</b>	<b>1.131</b>	<b>1.654</b>	<b>1.267</b>	<b>396</b>	<b>253.504</b>
Adições	4.131	-	-	-	-	64	4.195
Transferências	-	-	-	15	-	(29)	(14)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>111.407</b>	<b>141.780</b>	<b>1.131</b>	<b>1.669</b>	<b>1.267</b>	<b>431</b>	<b>257.685</b>
Adições	77.871	10.090	-	140	500.842	-	588.943
Baixas	-	-	-	(46)	-	-	(46)

Transferências	-	-	-	431	-	(431)	-
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>189.278</b>	<b>151.870</b>	<b>1.131</b>	<b>2.194</b>	<b>502.109</b>	<b>-</b>	<b>846.582</b>
<b>Amortização acumulada</b>							
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>(73.304)</b>	<b>(38.391)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.382)</b>	<b>(233)</b>	<b>-</b>	<b>(113.570)</b>
Adições	(18.676)	(7.970)	(52)	(82)	(58)	-	(26.838)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>(91.980)</b>	<b>(46.361)</b>	<b>(312)</b>	<b>(1.464)</b>	<b>(291)</b>	<b>-</b>	<b>(140.408)</b>
Adições	(16.530)	(7.908)	(49)	(74)	(10.300)	-	(34.861)
Baixas	-	-	-	46	-	-	46
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>(108.510)</b>	<b>(54.269)</b>	<b>(361)</b>	<b>(1.492)</b>	<b>(10.591)</b>	<b>-</b>	<b>(175.223)</b>
<b>Valor líquido</b>							
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>19.427</b>	<b>95.419</b>	<b>819</b>	<b>205</b>	<b>976</b>	<b>431</b>	<b>117.277</b>
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>80.768</b>	<b>97.601</b>	<b>770</b>	<b>702</b>	<b>491.518</b>	<b>-</b>	<b>671.359</b>
<b>Taxa média de amortização</b>	<b>10,99%</b>	<b>5,38%</b>	<b>4,33%</b>	<b>3,83%</b>	<b>4,09%</b>	<b>-</b>	<b>6,31%</b>

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
<b>Custo de aquisição</b>								
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>11.512</b>	<b>109.200</b>	<b>141.780</b>	<b>1.131</b>	<b>1.655</b>	<b>1.267</b>	<b>397</b>	<b>266.942</b>
Adições	18.883	3.684	-	-	-	-	62	22.629
Transferências	-	-	-	-	14	-	(28)	(14)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>30.395</b>	<b>112.884</b>	<b>141.780</b>	<b>1.131</b>	<b>1.669</b>	<b>1.267</b>	<b>431</b>	<b>289.557</b>
Adições	-	80.262	10.090	-	140	500.842	401	591.735
Baixas	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	-	431	-	(382)	49
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>30.395</b>	<b>193.146</b>	<b>151.870</b>	<b>1.131</b>	<b>2.194</b>	<b>502.109</b>	<b>450</b>	<b>881.295</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>(842)</b>	<b>(74.129)</b>	<b>(38.391)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.382)</b>	<b>(233)</b>	<b>-</b>	<b>(115.237)</b>
Adições	(1.496)	(18.010)	(7.970)	(52)	(82)	(58)	-	(27.668)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>(2.338)</b>	<b>(92.139)</b>	<b>(46.361)</b>	<b>(312)</b>	<b>(1.464)</b>	<b>(291)</b>	<b>-</b>	<b>(142.905)</b>
Adições	(360)	(16.936)	(7.908)	(49)	(74)	(10.301)	-	(35.628)
Baixas	-	-	-	-	46	-	-	46
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>(2.698)</b>	<b>(109.075)</b>	<b>(54.269)</b>	<b>(361)</b>	<b>(1.492)</b>	<b>(10.592)</b>	<b>-</b>	<b>(178.487)</b>
<b>Valor líquido</b>								
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>28.057</b>	<b>20.745</b>	<b>95.419</b>	<b>819</b>	<b>205</b>	<b>976</b>	<b>431</b>	<b>146.652</b>
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>27.697</b>	<b>84.071</b>	<b>97.601</b>	<b>770</b>	<b>702</b>	<b>491.517</b>	<b>450</b>	<b>702.808</b>
<b>Taxa média de amortização</b>	<b>1,18%</b>	<b>11,07%</b>	<b>5,38%</b>	<b>4,43%</b>	<b>3,83%</b>	<b>4,09%</b>	<b>-</b>	<b>6,09%</b>

Os ativos intangíveis servidão, concessão onerosa e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização

para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## Repactuação do risco hidrológico

Em 08 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 14.052 que alterou em partes a Lei nº 13.023 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de contratos firmados no ambiente de contratação livre (“ACL”). A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela.

Adicionalmente, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativo ao Consórcios de Porto Estrela, uma vez que há incertezas quanto ao pagamento da Utilização do Bem Público – UBP que podem afetar de forma material a viabilidade econômica do projeto e, por consequência, a decisão da Companhia em aderir à repactuação.

Usina	Recuperação de custos	Extensão da concessão (anos)
Aimorés	114.566	3,91
Funil	60.546	4,37
Capim Branco I	116.776	6,24
Capim Branco II	91.666	5,40
Igarapava	96.445	2,69
Candongá	20.843	3,56
	<b>500.842</b>	

## Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Para mais detalhes sobre a política do intangível veja nota nº 8 de imobilizado em Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *impairment*.

## 10 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Compra de energia elétrica (contratos no ACL)</b>	35.606	30.216	35.606	30.216
<b>Fornecedores de materiais e serviços</b>	22.042	11.743	33.637	17.239
<b>Encargos de uso da rede elétrica</b>	295	12	295	12
	<b>57.943</b>	<b>41.971</b>	<b>69.538</b>	<b>47.467</b>

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 54 dias para controladora e consolidado, respectivamente. E sobre os saldos não há incidência de juros.

### Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado.

Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 23 dos instrumentos financeiros.

## 11 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Imposto de renda</b>	-	67.579	913	68.952
<b>Contribuição social</b>	-	19.465	805	20.236
	-	<b>87.044</b>	<b>1.718</b>	<b>89.188</b>

### 11.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Créditos tributários</b>				
<b>Concessão com outorga onerosa (UBP)</b>	6.754	7.283	6.754	7.283
<b>Provisão para demandas judiciais</b>	-	72.148	190	72.338
<b>Prejuízo fiscal e base negativa</b>	19.530	-	19.530	
<b>Demais provisões</b>	10.551	9.851	10.129	9.529

Provisões para compromissos socioambientais	939	817	1.234	945
Outros	301	146	733	556
	<b>38.075</b>	<b>90.245</b>	<b>38.570</b>	<b>90.651</b>
<b>Obrigações diferidas</b>				
Juros capitalizados - CPC 20	(36.883)	(22.630)	(36.883)	(22.630)
Repactuação do risco hidrológico	(166.848)	-	(166.848)	-
Depreciação fiscal	(74.667)	(60.465)	(74.667)	(60.465)
	<b>(278.398)</b>	<b>(83.095)</b>	<b>(278.398)</b>	<b>(83.095)</b>
	<b>(240.323)</b>	<b>7.150</b>	<b>(239.828)</b>	<b>7.556</b>
<b>Total do passivo</b>	(240.323)	-	(239.828)	-
<b>Total do ativo</b>	-	7.150	-	7.556
	<b>(240.323)</b>	<b>7.150</b>	<b>(239.828)</b>	<b>7.556</b>

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. A realização do prejuízo fiscal e base negativa registrado em 2021 irá ocorrer até a apuração de 2023.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	7.150	7.693	7.556	7.932
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(247.473)	(543)	(247.384)	(376)
Saldo no final do exercício	(240.323)	7.150	(239.828)	7.556

## 11.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no exercício 2021 e 2020 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	753.001	376.911	757.856	381.023
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	<b>(256.020)</b>	<b>(128.150)</b>	<b>(257.671)</b>	<b>(129.548)</b>
<b>Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	8.759	5.200	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	6.416	1.815
Créditos tributários não constituídos	-	-	(2.440)	(255)
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	1.110	534
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	456	391
Outros	96	327	109	328
Despesa no resultado	<b>(247.165)</b>	<b>(122.623)</b>	<b>(252.020)</b>	<b>(126.735)</b>



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Imposto corrente</b>	308	(122.080)	(4.636)	(126.359)
<b>Imposto diferido</b>	(247.473)	(543)	(247.384)	(376)
	<b>(247.165)</b>	<b>(122.623)</b>	<b>(252.020)</b>	<b>(126.735)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33%</b>	<b>33%</b>	<b>33%</b>	<b>33%</b>

### Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade.

### Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

### Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

## 12 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 12,19% a.a. e Porto Estrela 9,22% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>271.337</b>	<b>24.758</b>	<b>1.703</b>	<b>297.798</b>
Efeitos financeiros reconhecidos	32.433	1.916	240	34.589
Amortizações	(44.824)	(5.517)	(383)	(50.724)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>258.946</b>	<b>21.157</b>	<b>1.560</b>	<b>281.663</b>
Efeitos financeiros reconhecidos	46.041	3.750	145	49.936
Adições	-	9.301	789	10.090
Amortizações	(45.529)	(13.413)	(460)	(59.402)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>259.458</b>	<b>20.795</b>	<b>2.034</b>	<b>282.287</b>

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	32.013	43.580
Passivo não circulante	250.274	238.083
	<b>282.287</b>	<b>281.663</b>

a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo para controladora e consolidado são conforme segue:

<b>2023</b>	37.019
<b>2024</b>	33.427
<b>2025</b>	30.195
<b>2026</b>	27.281
<b>2027 a 2031</b>	101.738
<b>2032 em diante</b>	10.574
	<b>240.234</b>

#### Política contábil

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

## 13 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures – 2ª emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	78.098	73.407	78.098	73.407
Debêntures – 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	298.707	-	298.707	-
Debêntures – 4ª emissão (b)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	227.718	-	227.718	-
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	197.134	206.945
<b>Total</b>				<b>604.523</b>	<b>73.407</b>	<b>801.657</b>	<b>280.352</b>
<b>Classificadas como:</b>							
Passivo circulante				90.427	8.719	101.306	19.328
Passivo não circulante				514.096	64.688	700.351	261.024
				<b>604.523</b>	<b>73.407</b>	<b>801.657</b>	<b>280.352</b>

#### a. DEBÊNTURES

As emissões de todas as debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia

#### b. FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Companhia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento”) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$243.500, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e auditado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021.

#### *1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão*

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

#### *2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)*

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific

Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>220.823</b>	<b>437.105</b>
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	-	-
Encargos financeiros	7.762	23.328
Amortização do principal	(146.653)	(156.110)
Amortização de juros	(8.525)	(23.971)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>73.407</b>	<b>280.352</b>
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	476.394	476.394
Encargos financeiros	61.047	75.862
Amortização do principal	(3.362)	(13.560)
Amortização de juros	(2.963)	(17.391)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>604.523</b>	<b>801.657</b>

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2021	31/12/2020
CDI	-	2,75%
TJLP	5,32%	4,55%
IPCA	10,1%	4,52%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>2023</b>	<b>35.603</b>	<b>47.032</b>
<b>2024</b>	<b>20.694</b>	<b>33.013</b>
<b>2025</b>	<b>45.025</b>	<b>60.742</b>
<b>2026</b>	<b>46.594</b>	<b>65.538</b>
<b>2027</b>	<b>44.558</b>	<b>63.502</b>
<b>2028 a 2032</b>	<b>235.605</b>	<b>330.328</b>
<b>2033 a 2037</b>	<b>86.017</b>	<b>100.196</b>
<b>Financiamentos e debêntures</b>	<b>514.096</b>	<b>700.351</b>

#### a. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

As debêntures possuem cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras, onde o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,5. O índice obtido em 31 de dezembro de 2021 é inferior ao citado parâmetro. Ademais, todas as debêntures possuem ainda outras cláusulas de restrições em temas como mudança, transferência ou cessão do controle societário, incorporação, fusão e cisão sem a prévia anuência do credor, dentre outras. Cumpre ressaltar que a Companhia está adimplente à totalidade das cláusulas restritivas previstas em contratos.

#### b. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2021, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES.

#### Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e

encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

Para mais detalhes sobre a política de aplicações financeiras veja nota nº 23 dos instrumentos financeiros.

## 14 | Arrendamentos

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamento a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

	Taxa	Vencimento	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Prédios</b>							
Sede – Aliança	7,93%	2024	R\$ 1.472	1.894	1.472	1.894	
Sede – Consórcio Porto Estrela	8,45%	2022	R\$ 2	29	2	29	
<b>Veículos</b>							
Aliança – UHE Funil	6,41%	2022	R\$ 29	139	29	139	
Aliança – UHE Aimorés	7,11%	2021	R\$ 463	39	463	39	
<b>Terrenos</b>							
Conjuntos Eólicos	10,57%	2046	R\$ -	-	13.215	12.099	
<b>Máquinas e equipamentos</b>							
Equipamentos PAE	6,12%	2024	R\$ 2.229	2.808	2.230	2.807	
<b>Total</b>			<b>4.195</b>	<b>4.909</b>	<b>17.411</b>	<b>17.007</b>	
<b>Classificadas como:</b>							
Passivo circulante			1.454	1.416	2.517	2.432	
Passivo não circulante			2.741	3.493	14.894	14.575	
			<b>4.195</b>	<b>4.909</b>	<b>17.411</b>	<b>17.007</b>	

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>4.245</b>	<b>13.850</b>
Adições	2.010	4.660
Pagamento de arrendamento	(1.585)	(2.621)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	239	1.118
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.909</b>	<b>17.007</b>
Adições	584	1.821
Pagamento de arrendamento	(1.569)	(2.637)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	271	1.219
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.195</b>	<b>17.410</b>

O vencimento dos arrendamentos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Vencimento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2022	1.195	2.139
2023	1.093	1.970
2024	919	1.735

2025	160	916
2026	126	828
2027 a 2031	-	2.829
2032 a 2046	-	4.158
<b>Arrendamentos</b>	<b>3.493</b>	<b>14.575</b>

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 7,03% a.a. A Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento.

### Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como “imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é classificado como “empréstimos e financiamentos” nas demonstrações financeiras. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

## 15 | Encargos regulatórios a recolher

A composição dos encargos setoriais a recolher é conforme segue:

Encargos	CONTROLADORA	
	31/12/2021	31/12/2020
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	4.635	5.647
Pesquisa e desenvolvimento	29.669	25.627
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	316	295
	<b>34.620</b>	<b>31.569</b>
<b>Classificados como:</b>		
Passivo circulante	5.921	6.948
Passivo não circulante	28.699	24.621
	<b>34.620</b>	<b>31.569</b>
Encargos	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	4.662	5.672
Pesquisa e desenvolvimento	29.669	25.627
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	319	295
	<b>34.650</b>	<b>31.594</b>
<b>Classificados como:</b>		
Passivo circulante	5.951	6.973
Passivo não circulante	28.699	24.621
	<b>34.650</b>	<b>31.594</b>

### Política contábil

Os encargos regulatórios são reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos

## 16 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue:

	Aimorés	Candongá	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>22.809</b>	<b>1.116</b>	-	<b>7.972</b>	<b>3.597</b>	-	<b>35.494</b>	<b>16.594</b>	<b>52.088</b>
Adições / (Baixas)	4.777	(186)	-	(322)	(137)	-	4.132	(1.059)	3.073
Pagamentos	(15.173)	(62)	-	(1.729)	(369)	-	(17.333)	(327)	(17.660)
Atualização	944	59	-	465	146	-	1.614	344	1.958
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>13.357</b>	<b>927</b>	-	<b>6.386</b>	<b>3.237</b>	-	<b>23.907</b>	<b>15.552</b>	<b>39.459</b>
Adições / (Baixas)	68.127	(249)	7.740	(439)	(1.704)	4.394	77.869	(2.769)	75.100
Pagamentos	(15.466)	(238)	(197)	(2.217)	(433)	(60)	(18.611)	(198)	(18.809)
Atualização	1.495	58	144	460	201	82	2.440	1.526	3.966
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>67.513</b>	<b>498</b>	<b>7.687</b>	<b>4.190</b>	<b>1.301</b>	<b>4.416</b>	<b>85.605</b>	<b>14.111</b>	<b>99.716</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	18.217	17.386	18.661	17.711
Passivo não circulante	67.388	6.521	81.055	21.748
	<b>85.605</b>	<b>23.907</b>	<b>99.716</b>	<b>39.459</b>

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

Considerando que: **(i)** a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; **(ii)** essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e **(iii)** se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor (Funil, Igarapava e Candonga) e para as usinas que estão em fase de renovação da licença de operação (Aimorés, Capim Branco, Porto Estrela e Parques Eólicos de Santo Inácio).

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros, utilizando a taxa média de desconto nominal de 7,5% no individual e no consolidado.

### Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de

cada município e estado podem ter prazo entre dois, cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

## 17 | Processos judiciais

### a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Segue abaixo a movimentação do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>73.747</b>	<b>15.423</b>	<b>939</b>	<b>188.936</b>	<b>279.045</b>
Adições/atualizações	473	31.086	24	-	31.583
Atualizações	38.856	(5.955)	62	23.263	56.226
Reversões/pagamentos	(6.108)	(15.033)	(261)	-	(21.402)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>106.968</b>	<b>25.521</b>	<b>764</b>	<b>212.199</b>	<b>345.452</b>
Adições	14.473	7.910	49	58.526	80.958
Atualizações	4.418	477	-	-	4.895
Reversões/pagamentos	(576)	(2.724)	(23)	(270.725)	(274.048)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>125.283</b>	<b>31.184</b>	<b>790</b>	<b>-</b>	<b>157.257</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

### Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

#### Ações regulatórias

- **Ação para retorno de Candonga ao MRE com pedido liminar**

Em 6 de maio de 2016, a ANEEL emitiu despacho suspendendo a operação comercial da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves ("Candonga"), o que implicou, desde então, em um substancial aumento do custo com compra de energia por parte da Companhia, para suprir os contratos de venda firmados até o final da concessão.



Assim, em fevereiro de 2017, foi distribuída ação judicial objetivando anular a decisão da ANEEL, uma vez que a Companhia não pode ser responsabilizada pelos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Mariana. Foi deferido pedido liminar no início de abril de 2017, e em janeiro de 2018 foi prolatada sentença de 1ª instância favorável ao Consórcio, declarando nulo o despacho da ANEEL e afastando a decisão que excluiu o Consórcio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

A ANEEL, por sua vez, apresentou recurso de apelação em face da decisão proferida, tendo apresentado, além do pedido de efeito suspensivo ao Recurso de Apelação acima mencionado, pedidos de suspensão de Liminar e Sentença perante o TRF 1ª Região e perante do Superior Tribunal de Justiça - STJ, este último objeto de Recurso (Agravo Interno), demonstrando indiscutível esforço ao longo do ano de 2021 para reversão dos efeitos da decisão favorável ao Consórcio.

Em 06.10.2021, o STJ proferiu decisão nos autos do Pedido de Suspensão de Liminar e Sentença da ANEEL, suspendendo os efeitos da decisão que mantinha o Consórcio no MRE até o trânsito em julgado de sentença final no processo.

Como consequência da decisão, a Aliança foi instada a pagar a CCEE, em 09/11/2021, o montante de R\$270.725, acrescido de atualização monetária de R\$132.698, correspondente a energia recebida do MRE relativa a garantia física da usina de Candonga desde sua paralisação, em 05.11.2015, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Assim, o montante provisionado foi baixado (R\$212.199 em 31 de dezembro de 2020). Ainda como consequência da suspensão da decisão, permanece hoje em vigor o despacho da ANEEL que suspendeu a operação comercial da Usina e a excluiu do MRE, em detrimento da sentença favorável proferida nos autos, cujos efeitos serão reestabelecidos, se mantida, ao final do processo.

### Ações ambientais

- **Preservação permanente do entorno do reservatório**

Trata-se de ação civil pública que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHes Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHes.

O valor provisionado como perda provável é de R\$82.247 (R\$74.043 em 31 de dezembro de 2020).

- **Ação penal - ocorrência de mortandade de peixes**

Ação penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. Em 02/09/2020 foi publicada decisão que condenou a empresa ao pagamento do valor de R\$13.500, tendo sido apresentado recurso. Desde março de 2021, os autos estavam com o juiz relator e foram levados a julgamento em 07.12.2021. O acórdão apresenta defeitos no julgamento técnico do recurso de defesa, de modo que serão opostos embargos de declaração.

O montante provisionado como perda provável é de R\$17.711 (R\$13.739 em 31 de dezembro de 2020).

- **Ação civil pública - trecho de vazão reduzida**

Ação civil pública distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e que, na hipótese de inviabilidade técnica, deve quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que

ainda aguarda análise. A empresa estima que serão gastos R\$17.500 na elaboração dos estudos e execução de projetos compensatórios.

Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise. A Companhia provisiona R\$19.368 com a elaboração dos estudos e execução de projetos compensatórios (R\$17.500 em 31 de dezembro de 2020).

- **Ação de compensação ambiental**

Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal para majorar compensação ambiental decorrente dos impactos advindos da implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés. Em 31/08/2018, foi proferida sentença, julgando IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, reconhecendo a legalidade da destinação da compensação ambiental realizada pelo IBAMA ao Parque Estadual dos Sete Salões, ficando afastado o óbice da utilização dos valores depositados judicialmente nos autos da ação cautelar nº 2003.38.00.011084-7. Recentemente, o TRF manteve integralmente a sentença proferida. Em que pese a sentença ter sido favorável à Companhia, interpusemos apelação para aplicação de índice mais benéfico no cálculo da atualização do valor pago a título de compensação ambiental. Neste particular não tivemos êxito, contudo, quanto a todos os pedidos formulados pelo Ministério Público, que buscava majoração da compensação ambiental o acórdão nos foi favorável.

O montante provisionado como perda provável é de R\$4.740 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

#### Ações cíveis

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de ação de desapropriação de imóveis, no município de Araguari/MG, para constituição do Parque Estadual do Pau Furado, como forma de compensação florestal estabelecida para atendimento de condicionante ambiental na implantação dos empreendimentos. Aguarda-se julgamento de recurso especial e extraordinário para prosseguimento da discussão no STJ e no STF.

O montante provisionado como perda provável é de R\$10.673 (R\$6.494 em 31 de dezembro de 2020).

### **Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões**

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a movimentação para a Controladora:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ambiental	37.448	32.715	38.035	33.780
Cíveis	51.111	21.731	51.200	52.713
Regulatório	26.287	25.156	26.309	25.709
Tributário	75.423	-	75.423	
Outras	72	384	72	46.903
	<b>190.341</b>	<b>79.986</b>	<b>191.039</b>	<b>159.105</b>

Os detalhes para os principais valores apresentados como seguem:

### Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento - APP de Capim Branco**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistindo a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$26.708 (R\$24.132 em 31 de dezembro de 2020) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

### Ações cíveis

- **Ação Indenização Pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação da usina de Aimorés. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$6.944, conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares. Dessa forma, é indicado o valor de R\$9.410 (R\$7.617 em 31 de dezembro de 2020).

- **Ação indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer ressarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra, os valores pedidos foram lançados com prognóstico possível, sendo indicado como valor requerido de R\$16.223 (R\$14.834 em 31 de dezembro de 2020).

### Ações regulatórias

- **Encargos de Serviços do Sistema – Resolução do Conselho Nacional de Política Energética**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional da Usina, de modo a garantir o suprimento energético. O valor de R\$25.700 corresponde ao montante estimado da recontabilização em caso de perda da ação. Foi atribuído o valor de R\$26.287 como risco possível (R\$25.709 em 31 de dezembro de 2020).

### Ações tributárias

- **Crédito de ICMS**

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$48.015 (R\$46.481 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com o parecer do escritório que patrocina a causa.

- **Auto de infração**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$26.234 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020) relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020. Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

- **DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS**

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	751	662	751	662
Cíveis	359	302	369	311
Ambiental	5.976	1.032	5.976	1.032
	<b>7.086</b>	<b>1.996</b>	<b>7.096</b>	<b>2.005</b>

Adição de R\$4.561 (R\$0 em 31 de dezembro 2020) de depósito de compensação ambiental, trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal para majorar compensação ambiental decorrente dos impactos advindos da implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

#### Política contábil

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 18 | Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	<b>1.291.582.500</b>	<b>1.291.487.501,00</b>	<b>1.291.582.500</b>	<b>1.291.487.501,00</b>

#### (a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 o montante a pagar é de R\$505.836 (R\$254.288 em 31 de dezembro de 2020).

No dia 26 de abril e 25 de agosto de 2021, a Companhia efetuou o pagamento dos dividendos atribuídos ao exercício de 2020, perfazendo montante de R\$254.288 e em 23 de abril de 2020, o pagamento dos dividendos atribuídos ao exercício de 2019 no montante de R\$228.962.

#### **(b) Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

#### **(c) Reserva de capital**

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

#### **(d) Lucro por ação**

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	505.836	254.288
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
<b>Lucro básico por ação (em R\$)</b>	<b>0,39</b>	<b>0,20</b>

#### **Política contábil**

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

## 19 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	1.159.133	1.122.389	1.249.672	1.204.845
Transações com energia na CCEE	315	11.690	25.345	25.214
Receita bruta pela prestação de serviços	1.024	2.480	79	1.667
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(160.935)	(176.063)	(179.460)	(189.596)
	<b>999.537</b>	<b>960.496</b>	<b>1.095.636</b>	<b>1.042.130</b>

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

**a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Industrial ou equivalente	607.117	580.929	661.900	629.986
Suprimento Geração 3 <sup>as</sup>	9.100	21.914	9.100	21.914
Suprimento a outras concessionárias	542.916	519.546	578.672	552.945
	<b>1.159.133</b>	<b>1.122.389</b>	<b>1.249.672</b>	<b>1.204.845</b>

**b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Tributos sobre a receita</b>				
PIS	(19.282)	(18.362)	(20.184)	(19.125)
COFINS	(88.814)	(84.575)	(92.974)	(88.095)
ICMS - substituição tributária	(21.109)	(32.356)	(34.247)	(41.309)
ISS	(51)	(124)	(51)	(118)
	<b>(129.256)</b>	<b>(135.417)</b>	<b>(147.456)</b>	<b>(148.647)</b>
<b>Encargos do consumidor</b>				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(17.849)	(27.528)	(17.925)	(27.528)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(3.825)	(3.543)	(4.074)	(3.846)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(4.002)	(3.830)	(4.002)	(3.830)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(2.001)	(1.915)	(2.001)	(1.915)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.002)	(3.830)	(4.002)	(3.830)
	<b>(31.679)</b>	<b>(40.646)</b>	<b>(32.004)</b>	<b>(40.949)</b>
	<b>(160.935)</b>	<b>(176.063)</b>	<b>(179.460)</b>	<b>(189.596)</b>

**Política contábil**

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

**20 | Custos e despesas operacionais**

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

**a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA PARA CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica comprada para revenda	(382.552)	(306.213)	(387.546)	(312.367)
Repasso repactuação do Risco Hidrológico	126.041	45.511	126.041	45.511
Depreciação e amortização	(128.004)	(123.927)	(156.802)	(153.515)
Serviços de terceiros	(51.355)	(45.861)	(64.231)	(57.506)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(65.319)	(54.262)	(70.735)	(58.265)
Pessoal	(30.459)	(29.904)	(30.548)	(30.008)
Materiais	(5.063)	(2.396)	(5.078)	(2.665)
Repactuação do risco hidrológico	500.842	-	500.842	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(14.754)	(13.399)	(13.704)	(11.393)
	<b>(50.623)</b>	<b>(530.451)</b>	<b>(101.761)</b>	<b>(580.208)</b>

## b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(14.391)	(12.938)	(14.391)	(12.938)
Serviços de terceiros	(11.385)	(9.468)	(13.249)	(10.810)
Participação dos empregados no resultado	(2.438)	(2.609)	(2.438)	(2.609)
Depreciação e amortização	(590)	(1.928)	(594)	(2.280)
Contingências	(3.720)	(14.144)	(3.720)	(14.144)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(6.212)	(2.897)	(9.923)	(3.756)
	<b>(38.736)</b>	<b>(43.984)</b>	<b>(44.315)</b>	<b>(46.537)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	25.762	15.296	-	-
Amortização do ágio	(287)	(353)	-	-
	<b>25.475</b>	<b>14.943</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>(13.261)</b>	<b>(29.041)</b>	<b>(44.315)</b>	<b>(46.537)</b>

## 21 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	29.003	13.512	34.192	15.359
Outras	4.446	7.213	7.528	12.801
	<b>33.449</b>	<b>20.725</b>	<b>41.720</b>	<b>28.160</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(49.936)	(34.589)	(49.936)	(34.589)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(2.440)	(1.614)	(3.966)	(1.958)
Encargos de financiamentos e debêntures	(29.807)	(7.762)	(44.622)	(23.328)
Atualização monetária - Risoleta Neves <sup>1</sup>	(132.698)	-	(132.698)	-
Outras	(1.220)	(853)	(2.202)	(2.647)
	<b>(216.101)</b>	<b>(44.818)</b>	<b>(233.424)</b>	<b>(62.522)</b>
	<b>(182.652)</b>	<b>(24.093)</b>	<b>(191.704)</b>	<b>(34.362)</b>

<sup>1</sup> Para mais detalhes, veja nota explicativa nº 17 - Processos judiciais.

### Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

## 22 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Contas a receber</b>								
Venda de energia	-	-	44.315	49.433	16.785	14.297	61.100	63.730
Serviços de backoffice	273	243	-	176	-	-	273	419
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	96.425	86.996	52.497	46.124	148.922	133.120
Dividendos a receber	7.517	4.001	-	-	-	-	7.517	4.001
<b>Contas a pagar</b>								
Serviços de O&M	-	-	-	-	780	694	780	694
Dividendos a pagar	-	-	278.210	139.858	227.626	114.430	505.836	254.288
TUSD <sup>1</sup> / TUST <sup>2</sup>	-	-	-	-	295	-	295	-
<b>Resultado</b>								
Receita com venda de energia	-	-	630.605	621.304	196.098	174.425	826.703	795.729
Receita com serviços de backoffice	848	813	-	1.487	-	-	848	2.300
TUSD <sup>1</sup> / TUST <sup>2</sup>	-	-	-	-	(47.594)	(37.480)	(47.594)	(37.480)
Custo com O&M	-	(22)	(26)	-	(5.132)	(5.020)	(5.158)	(5.042)
Compra de energia	-	-	(23.376)	(114.140)	-	-	(23.376)	(114.140)
Outras despesas	-	-	(727)	-	(27)	-	(754)	-
Recuperação de despesas	1.341	1.213	-	-	-	-	1.341	1.213

<sup>1</sup> Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

<sup>2</sup> Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

### Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$4.853, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$4.133 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.



## 23 | Instrumentos financeiros

### *Ativos financeiros*

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

### *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

### *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado

como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, empréstimos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

## Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros:</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	274.232	311.441	378.108	385.220
Aplicações financeiras	140.378	209.716	178.942	224.258
Contas a receber	105.166	114.281	119.406	159.711
Outros valores a receber	27.629	18.736	28.269	18.753
Outros valores a receber de partes relacionadas	148.922	133.120	148.922	133.120
	<b>696.327</b>	<b>787.294</b>	<b>853.647</b>	<b>921.062</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	57.943	41.971	69.538	47.467
Financiamentos e debêntures	604.523	73.407	801.657	280.352
Arrendamentos	4.195	4.909	17.411	17.007
Concessões a pagar	282.287	281.663	282.287	281.663
	<b>948.948</b>	<b>401.950</b>	<b>1.170.893</b>	<b>626.489</b>

Devido ao ciclo de curto prazo, o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, arrendamentos é correspondente ao seu valor contábil.

## Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Concessões a pagar	282.287	323.314	281.663	297.295
	<b>282.287</b>	<b>323.314</b>	<b>281.663</b>	<b>297.295</b>

	CONSOLIDADO			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Financiamentos e debêntures	801.654	817.493	280.352	394.541
Concessões a pagar	282.287	323.314	281.663	297.295
	<b>1.083.941</b>	<b>1.140.807</b>	<b>562.015</b>	<b>691.836</b>

## Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para as debêntures classificadas e mensuradas ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratar de operações bilaterais e por não possuírem mercado ativo, já que as debêntures não foram negociadas em mercado secundário, nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

### Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

### Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2021. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 13) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

• **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 4,55% e o CDI acumulado será de 10,96% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

**a. CONTROLADORA:**

	31/12/2021			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 10,96%	Cenário I CDI 13,7%	Cenário II CDI 16,44%
<b>Ativo</b>				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	413.601	458.932	470.264	481.597
<b>Ativo exposto</b>	<b>413.601</b>	<b>458.932</b>	<b>470.264</b>	<b>481.597</b>
<b>Efeito no resultado</b>		<b>45.331</b>	<b>56.663</b>	<b>67.996</b>

	31/12/2021			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 10,96%	Cenário I CDI 13,7%	Cenário II CDI 16,44%
<b>Passivo</b>				
Debêntures (nota explicativa no 12)	(604.523)	(670.779)	(687.343)	(703.907)
<b>Passivo exposto</b>	<b>(604.523)</b>	<b>(670.779)</b>	<b>(687.343)</b>	<b>(703.907)</b>
<b>Efeito no resultado</b>		<b>(66.256)</b>	<b>(82.820)</b>	<b>(99.384)</b>
<b>Efeito líquido da variação do CDI no resultado</b>		<b>(20.925)</b>	<b>(26.157)</b>	<b>(31.388)</b>

**b. CONSOLIDADO:**

	31/12/2021			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 10,96%	Cenário I CDI 13,7%	Cenário II CDI 16,44%
<b>Descritivo</b>				
<b>Ativo</b>				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	555.876	616.800	632.031	647.262
<b>Ativo exposto</b>	<b>555.876</b>	<b>616.800</b>	<b>632.031</b>	<b>647.262</b>
<b>Efeito no resultado</b>		<b>60.924</b>	<b>76.155</b>	<b>91.386</b>

	31/12/2021			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 10,96%	Cenário I CDI 13,7%	Cenário II CDI 16,44%
<b>Descritivo</b>				
<b>Passivo</b>				
Debêntures (nota explicativa no 13)	(604.523)	(670.779)	(687.343)	(703.907)
<b>Passivo exposto</b>	<b>(604.523)</b>	<b>(670.779)</b>	<b>(687.343)</b>	<b>(703.907)</b>
<b>Efeito no resultado</b>		<b>(66.256)</b>	<b>(82.820)</b>	<b>(99.384)</b>

	31/12/2021			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 4,55%	Cenário I TJLP 5,69%	Cenário II TJLP 6,83%
<b>Descritivo</b>				

<b>Passivo</b>				
Finem BNDES (nota explicativa no 13)	(197.134)	(206.104)	(208.351)	(210.598)
<b>Passivo exposto</b>	<b>(197.134)</b>	<b>(206.104)</b>	<b>(208.351)</b>	<b>(210.598)</b>
<b>Efeito no resultado</b>		<b>(8.970)</b>	<b>(11.217)</b>	<b>(13.464)</b>
<b>Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado</b>		<b>(14.302)</b>	<b>(17.882)</b>	<b>(21.462)</b>

### Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro 2021. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 12) indexado à variação do IGP-M.

- Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa IGP-M anualizada será de 3,70%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	<b>31/12/2021</b>			
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Cenário Base IGP-M 3,70%</b>	<b>Cenário I IGP-M 4,63%</b>	<b>Cenário II IGP-M 5,55%</b>
<b>RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO</b>				
<b>Passivo</b>				
Concessões a pagar (nota explicativa no 12)	282.287	292.732	295.357	297.954
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>282.287</b>	<b>292.732</b>	<b>295.357</b>	<b>297.954</b>
<b>Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado</b>		<b>10.445</b>	<b>13.070</b>	<b>15.667</b>

### Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

<b>CONTROLADORA</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>					
<b>- Pós-Fixadas</b>					
Fornecedores	58.464	-	-	-	58.464
Financiamentos e debêntures	22.607	67.820	192.474	321.622	604.523

Concessões a pagar	6.707	25.256	127.927	112.307	272.198
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>					
<b>- Pós-Fixadas</b>					
Fornecedores	70.059	-	-	-	70.059
Financiamentos e debêntures	25.327	75.979	269.827	430.524	801.657
Concessões a pagar	6.707	25.256	127.927	112.307	272.198

#### Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31.12.2021, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 13 – Financiamentos e Debêntures).

#### Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	274.232	311.441	378.108	385.220
Aplicações financeiras	140.378	209.716	178.942	224.258
Contas a receber	105.166	114.281	119.406	159.711
Outros valores a receber de partes relacionadas	148.922	133.120	148.922	133.120
<b>Total da exposição</b>	<b>668.698</b>	<b>768.558</b>	<b>825.378</b>	<b>902.309</b>

### Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

### Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

## 24 | Cobertura de seguros

### a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

### b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.293 (R\$1.225 em 31 de dezembro de 2020).

### c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$391.782, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2021.

## 25 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

- A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$44.334.
- Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$3.655; Santo Inácio IV no valor de R\$2.772; Garrote no valor de R\$2.772; e São Raimundo no valor de R\$2.898.

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2022	2023	2024	2025	2026
Garantia Física	635,67	656,29	668,32	668,32	668,32
Garantia Física no CG	619,15	639,68	651,66	651,66	651,66
Contratos de Compra	122,79	32,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Venda	625,60	592,69	568,46	568,46	568,46

Distribuidor	27,55%	29,08%	30,32%	30,32%	30,32%
Autoprodutor	63,63%	64,11%	64,50%	64,50%	64,50%
Gerador	8,82%	6,82%	5,19%	5,19%	5,19%
Comercializador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Contratado	101,04%	92,66%	87,23%	87,23%	87,23%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- Consideramos o retorno da operação comercial da UHE Risoleta Neves em 21 de julho de 2022;
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 02 de março 2021 para todo o horizonte; e
- Os contratos de venda da Companhia reduzem a partir de 2022 em função da operação de SWAP com os projetos das Centrais Eólicas Acauãs e Gravier.

## 26 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de demandas judiciais (1)	15.802	28.993	15.802	1.639
Contabilização inicial IFRS 16 (2)	584	2.010	1.821	4.734
	<b>16.386</b>	<b>31.003</b>	<b>17.623</b>	<b>6.373</b>

- 1) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas.
- 2) Em 2021 e 2020, a Companhia aplicou o IFRS 16 e registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado.

## 27 | Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da atividade produtiva e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

Ciente da responsabilidade com a saúde e segurança dos seus colaboradores, parceiros, clientes e comunidade, a Companhia fechou temporariamente o acesso aos escritórios, adotando o regime de Home Office. Nas unidades produtivas foi adotado um regime especial de trabalho mantendo-se apenas as atividades estritamente necessárias à continuidade da operação das Usinas.

Não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação dos projetos da Companhia, uma vez que durante o ano de 2021 foram emitidas: (i) as outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); (ii) os pareceres de acesso para conexão na rede básica nacional; (iii) as licenças ambientais de implantação (LI); e foram celebradas (iv) as contratações dos principais fabricantes e fornecedores.

A Companhia considera que estas ações servirão para minimizar os impactos do COVID-19 e entende que não há considerações relevantes a serem realizadas referentes a suas previsões relacionados aos testes de recuperabilidade de seus ativos, quebras de covenants ou mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

Portanto, no que se referem às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia ao risco de crédito de clientes e os impactos no setor elétrico; e (iv) sensibilizou premissas do



teste do valor recuperável de ativos e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto.

## 28 | Eventos subsequentes

---

### Aportes em controladas

Em janeiro e fevereiro de 2022 a Aliança realizou aportes para aumento de capital nas Centrais Eólicas Acauã I, II, III e Gravier, perfazendo os respectivos montantes de R\$4.657, R\$6.006, R\$3.843 e R\$21.779.

\*\*\*\*\*

### DIRETORIA

**Wander Luiz de Oliveira**  
Diretor de Comercialização e de Engenharia

**Paulo de Tarso de Alexandria Cruz**  
Diretor de Operações

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

**Rafael Lisboa Fernandes**  
Contador CRC/MG - 105611/O-3



A nova geração da energia.

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

**Confira o documento original através de seu smartphone:**



**Confira através da internet:**

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0155183

Passo 3 - Digite a senha: wojvB33F